

EDUCAÇÃO III NA BERLINDA

Sala de aula sem ideologia e opinião

Projeto polêmico do vereador Tenente Santini quer proibir professor de emitir posições próprias

Inaê Miranda
DA AGENCIA ANHANGUERA
inae.miranda@ac.com.br

O Projeto de Lei Escola Sem Partido, protocolado ontem na Câmara de Campinas, gera divergência de opiniões entre especialistas e deve enfrentar resistência em sua tramitação. De autoria do vereador Nelson Santini Neto (PSD), o Tenente Santini, a proposta, entre outros regramentos, proíbe o professor de estimular que os alunos participem de manifestações, atos públicos e passeatas. Os docentes também ficam impedidos de emitir opiniões sobre questões históricas, ideológicas e de discutir ideologia de gênero na sala de aula.

Para críticos, medida é arbitrária porque acaba com o debate

A medida prevê a afixação de cartazes nas salas de aula e nas salas dos professores com o conteúdo previsto na lei. Um dos deveres do professor, segundo o projeto, é não se aproveitar da audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. O professor também não deverá favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou mesmo da falta delas.

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos "com a mesma profundidade e seriedade" as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas correntes a respeito da matéria; e respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

Em um dos artigos o projeto acrescenta que o poder público não se envolverá na orientação sexual dos alunos, além disso veda a aplicação das premissas da ideologia de gênero.

Opiniões contrárias

Pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a professora Maria Márcia Sigris Malavasi afirma que a introdução da ideia de escola sem partido não veio para dar autonomia para o aluno ter sua própria opinião, mas para tolher o professor de sua autonomia e liberdade de ensinar.

Para a docente, o professor sempre respeitou as diferenças na sala de aula de partidos, religiões e ideologias. "Nós sempre tivemos uma escola sem partido. Não fosse verdade, teríamos no Brasil adesão a um único partido, única religião. Espero que a Câmara não aprove um absurdo como esse, ou teremos professores amarrados, amordaçados, violenta-



Vereador Tenente Santini: combater o "abuso" dentro da sala de aula

dos na sua liberdade de poder ensinar".

Marcelo Veras, presidente do Instituto Brasileiro de Formação de Educadores (IBFE), diz que cabe ao professor apresentar a diversidade e deixar que o aluno decida. Segundo ele, a escola ou o professor não podem induzir o aluno em relação a partido político ou orientação sexual. "Cabe à escola apresentar todas as formas de organização política, debater orientações sexuais, debater visões religiosas e promover debates isentos, deixar que cada um ouça os argumentos prós e contras e, junto com a família, tome a sua decisão".

Para a vereadora Mariana Conti (PSOL), o projeto cria confusão com palavras e retoma a discussão em torno do debate de gênero, que já foi rechaçado na Câmara. "Ele retoma um debate que está superado porque cria a proibição de discutir a orientação sexual, as questões de gênero". Segundo Mariana, o projeto esconde um autoritarismo e censura contra professor. Gera um processo de perseguição política aos professores. Torna a educação autoritária. A vereadora defende que faz parte da escola despertar o senso crítico e a pluralidade de ideias e opiniões, mas o projeto vai justa-

mente contra isso.

Já a advogada Carolina Defilippi, coordenadora do Proordem, diz que há muito barulho e uma interpretação equivocada em relação ao projeto. Segundo ela, o professor não está sendo proibido de falar ou não sobre determinados assuntos. "O objetivo do projeto é mostrar que o professor não pode se aproveitar de uma audiência cativa e obrigatória dos alunos para colocar suas posições políticas ou ideológicas. Prega a apresentação igualitária dos conteúdos, sem privilegiar um aspecto ou outro. Não tem o sentido de cassar a liberdade de expressão ou de cátedra".

'Doutrinação' estaria como aquilo que deve ser evitado

O vereador Santini defende que a melhor forma de combater o abuso da liberdade de ensinar é informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não serem doutrinados por seus professores, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desse direito, já que, dentro das salas de aula, ninguém mais poderá fazer isso por nenhum deles.

Para o Tenente Santini,

entre as finalidades da educação há o preparo do educando para o exercício da cidadania, em acordo com o que diz o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A proposta está em análise pelas comissões da Câmara e, se receber parecer favorável, precisa passar por dois turnos de votação em Plenário, para só depois seguir para a sanção do prefeito Jonas Donizette (PSB). (IM)